

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS PARA O ESTUDO DA PRODUÇÃO TEXTUAL

THE CONTRIBUTION OF THEORY OF PREDICATIVE AND ENUNCIATIVE OPERATIONS TO THE STUDY OF TEXTUAL PRODUCTION

Marcos Luiz Cumpri¹

Resumo: *Este artigo sintetiza alguns pontos que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) oferece de contribuição aos estudos voltados à linguística do texto, sobretudo no que se refere à organização das produções discursivas e ao funcionamento da linguagem durante os intentos significativos dos sujeitos. Nesse cenário, a primeira seção destina-se a elucidar que o sentido deriva de valores referenciais construídos no texto e na enunciação e que ambos dependem da ação do homem na língua, o que reafirma um posicionamento que não vê justificativa para o estabelecimento de sentidos estáveis sem o processamento de suas propriedades no campo enunciativo. A segunda seção se concentra no processo de interpretação subsidiada pela atividade de parafraseagem, a qual atribui ao sistema metalinguístico a incumbência de forçar a modificação de valores e de demonstrar a invariância daquilo que pertence à linguagem, isto é, esse jogo incessante entre o estável e o instável que é o que caracteriza a linguagem. Na conclusão, mostramos três premissas dialógicas entre a TOPE e a linguística do texto, as quais confirmam a necessidade da busca dos percursos dos sujeitos para compreendermos como se constroem os textos e as intenções enunciativo-comunicativas.*

Palavras-chave: *Texto; Valores Referenciais; Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.*

Abstract: *This article synthesizes some points the Theory of Predicative and Enunciative Operations offers of contribution to oriented studies of the textual linguistics, in particular to the organization of discursive production and to functioning of language during the significant attempts of subjects. In this place the first section is intended to elucidate the sense derived from referential values built in text and in enunciation and that both depend on the action of man in language, which reaffirms a positioning that sees no justification for the establishment of stable senses without processing their properties in enunciative field. The second section focuses on the process of interpretation sustained by paraphrastic activity, which attaches to the metalinguistic system the task of forcing the change of values and of demonstrating the invariance of what belongs to the language, that is, this incessant movement between the stable and the instable which is what characterizes language. In conclusion, we show three dialogic assumptions between the TOPE and the textual linguistics, which ones confirm the need for the pursuit of the paths taken by man to understand how texts and enunciative communicative intentions are built.*

Keywords: *Text; Referential values; Theory of Predicative and Enunciative Operations.*

¹ Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, Brasil, e-mail: marcoscumpri@yahoo.com.br

1 Introdução

Passadas mais de três décadas de que a linguística de texto assumiu autonomia e reconhecimento científico para a ciência linguística, inúmeras definições de texto foram sendo deixadas por aqueles que contribuíram, efetivamente, para a construção de um legado genuíno para os estudos textuais. Tal proliferação conceitual se deve, sobretudo, aos esforços investidos por diferentes perspectivas que visavam contribuir à crença de que o campo de análise deveria ser o texto e não mais a frase isolada.

Assim, das inúmeras definições encontradas em compêndios linguísticos, elegemos a de Antoine Culioli (1976) como a que melhor oferece uma visão dialógica do termo e que afirma a dinamicidade da qual todo estudo em produção textual não pode abrir mão. Para o linguista, o texto é uma sequência de representações que resultam de um conjunto de operações realizadas por um sujeito enunciador que, numa situação de enunciação (que inclui os interlocutores e um momento), busca constituir um sentido. Daí a não distinção entre texto e enunciado dentro dessa concepção, a qual é assumida como parâmetro para as discussões a seguir.

No postulado teórico de Culioli (1990, 1999a, 1999b), o qual encapsula a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), a enunciação é vista como um espaço que exhibe um conjunto de colocações de enunciados, que são o resultado da articulação entre léxico e gramática e da variação das línguas naturais sustentada pela invariância e pela indeterminação da linguagem.

A partir desse pensamento, este artigo, prioritariamente de caráter teórico, tem como objetivo mostrar a contribuição que a TOPE oferece à linguística do texto, sobretudo porque ambas remetem seus estudos ao funcionamento da linguagem sob o enfoque da ação do sujeito nas línguas naturais.

2 Pressupostos teóricos: a TOPE e a construção do sentido

Culioli (1999a) segue um caminho bem definido: parte dos observáveis para chegar a uma formalização de um problema em linguística. Em miúdos, realizam-se observações comparáveis e constrói-se uma representação formal dessas observações em termos de um sistema de representação metalinguística.

Mas afinal, o que justifica seu método de análise?

A partir da crença de que os enunciados são formas derivadas de formas mais complexas, a atividade de re (construção) é o trabalho que traz à tona os processos subjacentes à produção e o reconhecimento dos textos orais e escritos numa dada língua natural.

A premissa é a de que cada nova nuance observada é representante dos processos que originaram a nuance anterior. Em termos mais técnicos: cada enunciado produzido pela atividade metalinguística (uma atividade sempre consciente e manipulada) representa, diretamente, um enunciado anterior. O resultado deve conter qualquer coisa que estabeleça uma relação entre uma representação e outra representação linguística; e mesmo que todas essas operações aparentem certo distanciamento do enunciado matriz, os processos que o constituem são recuperáveis por meio das marcas que são feitas a partir de sua primeira derivação.

Em verdade, há uma sutileza teórica de base: se se acredita que a linguagem não é acessível diretamente, será a partir da remodelagem sucessiva (concatenação de operações) de um enunciado de origem (matriz) que se criam vias de acesso a toda a atividade de linguagem que o construiu. Demonstração de que a linguagem só é acessível mediante a materialidade linguística que deixa rastros (as invariâncias) de operações mais profundas.

Resumindo, as marcas trabalhadas no nível sucessor recuperam o processo que originou o nível anterior; daí falar-se em “família parafrástica”, pois é como se cada enunciado possuísse “genes” em comum com os demais que compõem essa família.

As palavras de Culioli resumem o exposto:

[...] não podemos nos dar por satisfeitos em trabalhar com relações já constituídas e organizadas, mas sim devemos representar o estágio de cada constituição dessas relações e dessas categorias gramaticais em termos de operações concatenadas. (1990, p. 179)

Culioli (1999a) fala de uma indeterminação inevitável e fundamental da linguagem e assume que ela nada tem de reprodutiva em relação ao referente: ela não o representa, ela constrói valores referenciais que só são (momentaneamente) estáveis em virtude do que a enunciação pode construir.

No tocante à produção textual, falar em polissemia, contradição, polifuncionalidade etc, é estar mais próximo do estudo de língua do que de linguagem, mesmo sabendo que não se faz linguística sem a articulação desses dois domínios

humanos. Assim, estudar a significação é passar pela verificação da existência (ou não) de identidades semânticas que garantam uso e valor. E essa verificação se dá por meio da materialidade verbal (a atividade linguística), a qual, por sua vez, também confere sentido e valor. Vejamos o que diz Merleau-Ponty:

Se o signo só quer dizer algo na medida em que se destaca dos outros signos, seu sentido está totalmente envolvido na linguagem, a palavra intervém sempre sobre um fundo de palavra, nunca é senão uma dobra no imenso tecido da fala. Para compreendê-la, não temos de consultar algum léxico interior que nos proporcionasse, com relação às palavras ou às formas, puros pensamentos que estas recobriram: basta que nos deixemos envolver por sua vida, por seu movimento de diferenciação e de articulação, por sua gesticulação eloquente. Logo, há uma opacidade da linguagem: ela não cessa em parte alguma para dar lugar ao sentido puro, nunca é limitada senão pela própria linguagem, e o sentido só aparece nela engastado nas palavras. Como a charada, só é compreendida mediante a interação dos signos, que, considerados à parte, são equívocos ou banais, e apenas reunidos adquirem sentido. (MERLEAU-PONTY, 1991, p. 42-43)

Por outro lado, esse posicionamento - declaradamente construtivista na medida em que se crê que a significação é construída por meio dos textos e das formas - leva a pensar que cada enunciado é um processo único e sujeito a normas na medida em que tem o enunciado (essa espécie de agenciamento de formas e fenômenos prosódicos) como orientador, pois é graças aos agenciamentos dos enunciados que são permitidas as (re)construções dos atos enunciativos. Em realidade, trata-se de uma via de mão dupla, pois a enunciação também exerce influência direta na constituição dos enunciados.

Nesse caminho, um enunciado é somente interpretável mediante um contexto ou situação que escapam dos contornos dados pelas teorias pragmáticas para se imbricarem no ponto de vista que confirma que o sentido se determina pela matéria verbal, pois é ela que o constrói e o dá estatuto. Contexto e situação não são externos ao texto, mas gerado por ele próprio. O extralinguístico e o mundo fenomenológico não atribuem sentidos, eles fornecem valores referencias afins para a determinação do sentido dentro dos contornos materiais de cada texto.

Com isso, significação e contextualização continuam interligados e o texto, enquanto uma sequência, se interpreta mediante a estabilização de um contexto possível e gerado por esse encadeamento. E a maravilha da plasticidade da linguagem reside justamente nessa trama, pois à medida que um encadeamento discursivo se torna

passível a uma interpretação, ativa-se um dos contextos potenciais, o que significa que sempre há mais de um contexto que pode ser efetivado.

Se a linguagem é dotada de uma plasticidade e de uma opacidade ingêntas, a TOPE entende que só há sentido desde que ele seja construído pela atividade da linguagem. No mesmo viés, o sentido das palavras e dos textos não é externo à língua e é apreensível por meio da atividade parafrástica. Essa atividade metalinguística que apreende o sentido na medida em que o faz se movimentar. O sentido emerge de uma dinâmica, de uma fluidez, de uma labilidade:

A problemática de Culioli inscreve-se em uma corrente que rompe com a concepção de uma transparência original da língua em relação às ideias que permite exprimir. Um aspecto importante dessa teoria transparece no aforismo segundo o qual “a compreensão é um caso particular do mal-entendido”. Isso significa que a estabilidade necessária para que um processo de compreensão-interpretação seja possível nada mais é do que uma estabilidade conquistada e provisória, da qual uma teoria da deformabilidade deve dar conta. (FRANCKEL, 2011, p. 43-44)

Para Paillard (2011), reduzir o conteúdo ao que é efetivamente dito é um engano que deve ser evitado por não haver garantia de que o dito recubra o querer dizer: “nada garante que o que é dito esgota o querer dizer que se revela apenas ao fio do discurso, entre hesitações, confusões, retomadas, reformulações e explicitações” (p. 165).

Cada dizer remete à percepção/representação de um estado de coisas e é apenas um dizer entre outros dizeres. Expressar linguisticamente o que é dizível é dar forma ao universo, é colocar o mundo em palavras, mas não de modo absoluto, pois o que se representa do mundo por meio de um enunciado só pode ser parcial e fragmentado. Parcial porque essa representação é de ordem subjetiva (é sempre um ou alguns sujeitos falando). Fragmentado porque nada garante que um enunciado esgote o “por dizer”.

A assunção de que um dizer é apenas um dizer entre outros reafirma a articulação entre léxico e gramática como a ponta da esteira em que se trilha o sentido. “Dizer de outras formas” é possível porque não há garantia de que cada arranjo seja o adequado. Não há soberania nos atos enunciativos, as palavras não dizem por completo o que se quer dizer e nada garante a simetria (mínima que seja) entre produtor e receptor. Resumidamente:

Nessa perspectiva, um dizer é uma maneira parcial e fragmentada de exprimir por um enunciado um estado de coisas do mundo. A cena enunciativa a que dá acesso o agenciamento de formas convoca três “querer dizer”, o do sujeito, o do mundo e o das palavras, cada um apresentando a sua lógica própria, com modos de presença variável. (PAILLARD, 2011, p. 165)

Se por um lado o sentido é deslocável na medida em que os sujeitos enunciativos tentam contorná-lo por meio da atividade de (re)explicação (o dizer em outras palavras), por outro, cada forma linguística só quer dizer o que efetivamente diz, mesmo que valha como explicação de outra forma.

O sentido de determinado conteúdo predicativo só é apreensível por meio do sentido de outro conteúdo. O que algo quer dizer depende do que outra coisa quer dizer: há identidade à medida que há diferença. E essa lógica recupera duas afirmações saussureanas clássicas: (i) na língua não há mais do que diferença e (ii) a língua é forma e não substância.

Demonstração disso é que conceitos muito comuns no estruturalismo europeu tocam as ideologias da linguística enunciativa culioliana, a qual não deixa de ser uma abordagem neoestrutural e, assim como o legado saussureano, ampara os estudos concernentes à linguística do texto.

Há esse diálogo porque a TOPE bem aborda a questão da relatividade ao se preocupar com a função de cada marca linguística no contexto enunciativo; bem considera a funcionalidade de cada unidade da língua ao examiná-la no enunciado como um todo; recupera a noção de unidade por entender que cada enunciado é um construto organizado e dotado de sentido por estar relacionado a outros enunciados; o que remete à noção de totalidade; e admite, por fim, a transformabilidade da língua ao encarar cada enunciado como um fenômeno dinâmico e destinado a um movimento constante de reformulação (atividade parafrástica).

Ao admitirmos que não há homogeneidade na língua, na linguagem e, sobretudo, no pensamento, justificamos a existência do conceito de articulação, sobretudo por conta da heterogeneidade intrínseca à linguagem, a qual, por ser capaz de expressar todas as atividades do mundo e do homem, deixa lacunas na construção de valores referenciais. Não existe precisão na construção dos valores referenciais e tanto isso é verdade que não criamos qualquer tipo de prejuízo ao funcionamento da linguagem quando não dizemos o que não sabemos dizer. Aliás, nem temos a capacidade de

perceber nossa inabilidade em proferir inúmeras coisas. Nossa limitação não nos gera qualquer tipo de incômodo aparente.

A corriqueira e já cristalizada relação entre indeterminação e falta de contexto perde espaço para uma correlação mais estreita entre significação e situação oriunda da própria noção de valores referenciais. Em momento algum, se nega que é o contexto que elucida a significação de um enunciado. O que surge de novo é que o próprio enunciado subsidia suas condições de interpretação, de modo que “a análise da significação de um enunciado é indissociável da análise das condições que permitem a construção dessas significações”. (FRANCKEL, 2011, p. 46). E entre essas condições, estão os próprios valores referenciais (construídos a partir das operações de referenciação) que se caracterizam como o cenário onde atuam tanto a significação quanto a situação (o contexto).

Uma diferenciação simplista entre referente e valores referenciais estipula que enquanto o referente é estável, os valores referenciais não o são e estão sujeitos aos ajustamentos que permitem uma estabilidade interpretativa provisória e restrita. Enquanto o referente é estável, existe independentemente da enunciação e é tudo aquilo que o mundo oferece para subsidiar a relação de correspondência entre a matéria linguística e o objeto, os valores referenciais são movediços, provisórios e dependentes do enunciado, pois se constroem a partir deles e para eles por meio de operações enunciativas (ou de referenciação) que são atividades de regulação realizadas pelos sujeitos com vistas a moldar um sentido preterido.

Em suma, aqui o sentido é indissociável do contexto, mas o contexto construído no próprio texto, fato que contribui para as ideias da TOPE não serem grosseiramente associadas à Pragmática tal qual ela é comumente definida como a ciência do uso linguístico que analisa o uso concreto da linguagem com enfoque nos sujeitos falantes e que estreita a relação entre falante e signo. Das inúmeras razões pelas quais desvincularíamos TOPE e Pragmática, a que merece destaque é que, para a Pragmática, o contexto é buscado fora do texto, portanto, no universo extralinguístico.

Se se fala de um sentido dependente da articulação entre léxico e gramática é porque se crê que uma unidade lexical só se dota de sentido se for posta numa relação em que ela passe a exercer uma função integrativa e em que o texto seja dependente da unidade lexical.

No português brasileiro, essa dependência é facilmente demonstrável por diversas ocorrências. A título de exemplificação, destaquemos, rapidamente, o caso do termo *grande*.

Expressões como “Que grande homem!” e “Que grande coisa!” atribuem valores distintos a *grande*: intensidade apreciativa e intensidade depreciativa, respectivamente. Por outro lado, se não fossem os termos *homem* e *coisa*, o termo *grande* não assumiria o mesmo valor. Quer dizer, o sentido oriundo dessa articulação não se mantém mediante a comutação lexical, mesmo que seja de um mesmo campo semântico: “Que grande adulto masculino!” “Que grande objeto!”.

Basicamente, esse simples exercício semântico mostra que a identidade semântica de cada termo da língua depende das ocorrências e dos valores que cada ocorrência fornece e nisso repousa a síntese do pensamento culioliano sobre a indeterminação da linguagem. Um pensamento que não se inscreve na defesa do caráter polissêmico das unidades lexicais justamente por defender o contrário: que não há uma unidade lexical dotada de um sentido primeiro que comporta valores situacionais, mas que só há unidades sem qualquer valor semântico próprio e estável:

[...] Nunca observamos nos enunciados o valor próprio ou primeiro de uma unidade, visto só existirem unidades cujo sentido se constrói no e pelo enunciado. O instável é, aqui, primeiro, e a estabilização só se estabelece por meio das interações da palavra com o meio textual que a cerca, essas interações, revelando, segundo hipótese que sustenta a teoria, princípios regulares. (FRANCHEL, 2011, p. 51)

Porém, é preciso distanciar qualquer interpretação equivocada de que, para a TOPE, as palavras nada têm de valor. A posição é a de que cada termo possui propriedades que tanto se modulam (o pré-construto) e se extraem (o construto) de sua relação para com os outros termos no enunciado.

O próprio conceito de valor pressupõe um movimento subjetivo, pois só é valorativo aquilo que já passou por um processo de identificação de propriedades pertinentes e de interesse com quem o estabelece. Trata-se da própria relação entre sujeito e objeto. Na enunciação, essa relação fica bem clara porque o valor de cada unidade depende da orientação semântica (a intenção significativa) que se almeja dar no enunciado como um todo.

Vejamos outro exemplo do português:

A expressão “Eu faço é gosto!” pode bem ser interpretada como “Eu aprovo veementemente”, “Eu aprecio muito” e é graças à ordenação léxico-gramatical que propriedades do verbo *fazer* se integrem na noção “fazer enquanto ter”. Em estado dicionarizado, observa-se que esse termo apresenta acepções demonstrativas de uma instabilidade latente, pois suas propriedades se mesclam a propriedades de ao menos quarenta outros verbos da língua portuguesa. Assim, apesar dos termos serem susceptíveis de uma variação radical de sentido, não deixam de ser controlados pelo próprio sistema linguístico de cada língua. E é a partir desse controle que se convencionou estabelecer sentidos primeiros para cada elemento, ou sentidos mais corriqueiros mediados por interações igualmente mais corriqueiras.

Resumindo, a TOPE não reduz o sentido às propriedades do objeto e não prepondera uma referencialidade virtual consagrada por sentidos obtidos de antemão, mas o remete à dependência da ação do homem na língua, o que reafirma um posicionamento altamente construtivista que não vê justificativa para o estabelecimento de sentidos estáveis sem que se processem suas propriedades no campo enunciativo. Trata-se da assunção de que o sentido deriva de valores referenciais construídos no texto (o linguístico) e na enunciação (o extralinguístico).

3 O processo de interpretação

O sentido se localiza nas manifestações linguísticas (léxico e texto) e é controlado por aquilo que o sistema permite (a gramática). Porém, há um trabalho necessário para que se tenha acesso a esse sentido: a atividade de parafraseagem.

A ideia de que parafrasear é “dizer o mesmo em outros termos”, na TOPE, segue uma reflexão um pouco mais elaborada, pois, em verdade, não se trata de dizer o mesmo, mas de dizer de outra forma, o que nos faz crer que não se trata do mesmo, mas de uma explicação que passou por um novo processo cognitivo, que suscitou novas operações e que, principalmente, culminou num novo texto.

Cada enunciado é um fenômeno único e a explicação não é a atribuição do sentido em si, mas de uma atividade que se aproxima um pouco mais; contanto, sem a capacidade de tocá-lo, haja vista que a parafraseagem é tipicamente uma atividade de reprodução.

A atividade de reformulação se insere num dilema subjetivo inevitável: ela se manifesta a partir da atividade silenciosa que é variável de um indivíduo a outro. É um trabalho interno feito a fim de que se exteriorize um sentido aproximado, ou como diz Franckel (2011, p. 106-107):

Trata-se, na verdade, de esfregar, em um diálogo incessante, as palavras umas contra as outras como panos entrelaçados, até desgastá-las, até ver surgir a sua trama, de confrontar as instituições até uma transparência quase imaterial. A transparência do sentido só é finalmente obtida por sua dissolução.

Para que a reformulação de um sentido seja possível, a condição lógica é a de que haja, primeiramente, qualquer sequência dotada de um significado. E a essa reformulação de uma sequência, a TOPE convencionou chamar de glosa.

O conceito de glosa reforça a teoria de uma indeterminação universal do léxico, pois ela (a glosa) não dá conta de explicar um termo isolado de seu contexto (o restante da cadeia enunciativa) justamente por ele, por si só, trazer uma gama polissêmica inevitável da qual só se pode extrair um valor numa situação real de enunciação, que a que lhe transfere sentido.

Na verdade, até aqui não estamos falando nada de muito novo. Benveniste (2005, p. 132) já bem disseminou essa ideia em Problemas de Linguística Geral ao considerar que a palavra tem um papel constituinte na frase em forma (materialidade) e em sentido, mas que não necessariamente transfere-se em significação, para a frase, tal qual ela se encontra em posição autônoma.

A nosso ver, o conceito de glosa se imbrica numa polêmica pouco discutida. Se de um lado, consideramos todas as percepções e atuações dos sujeitos para com o mundo como o núcleo do próprio conceito de noção², que é central nessa teoria, de outro, o conceito de glosa refuta um pouco a preponderância do contexto dito pragmático da enunciação.

Em miúdos, a atividade de parafraseagem pressupõe que toda explicação seja encontrável dentro do próprio enunciado e não no seu exterior (o nível pragmático de reconstrução). Na verdade, o próprio texto nos dá condições de (re)construir sentido.

² Noção, nessa perspectiva, é um eixo de propriedades físico-culturais, ora extraído da cultura, ora extraído das percepções do homem. (CULIOLI, 1995)

Numa linguística do texto, a oposição entre contexto e cotexto não tem muito sentido e, dentro de uma abordagem construtivista da lingüística, como é a de Culioli, encontra-se uma perfeita sincronia entre a inesgotabilidade de sentidos que o contexto pode aflorar e a estabilização que uma glosa pode fornecer.

Rezende (2008), por exemplo, une todo o poder da atividade significativa do contexto (localizada na enunciação) com a capacidade estabilizante do cotexto (focalizada na predicação) ao expor as invariâncias do sentido dentro de uma análise sobre a nominalização no português brasileiro. A partir de um pré-construto (aquilo que permanece estável dentro do enunciado), a linguista mostra os valores que vão sendo atribuídos pela modalização e pelas marcas aspectuais (o variável) que são os investimentos do sujeito à confirmação do que é pré-construído (o invariável).

Isso para mostrar que o valor de uma nominalização depende de um contexto que é estabilizante justamente por ora lhe atribuir um valor nominal, ora um valor verbal e depende de um cotexto porque a língua tem forma e conteúdo próprios sustentados pela própria predicação. Em suas palavras:

O que temos em um enunciado, visto de um ponto de vista dinâmico, são dois espaços contraditórios, para cada um dos quais temos sujeitos, forma e conteúdo. A construção da representação em um enunciado resulta de um diálogo entre esses dois espaços em conflito: um mais instável (enunciativo) e outro mais estabilizado (predicativo). (REZENDE, 2008, p.136)

A contextualização é o *sine qua non* de uma teoria do texto, pois é um meio de explicitação da diferença de sentido oriunda do momento da produção, uma diferença que seria pouco perceptível sem esse movimento enunciativo. Por vezes, só o contexto faz transparecer diferenças pouco perceptíveis numa análise mais superficial (como uma análise focada apenas na intuição, por exemplo) que deixa de privilegiar testes típicos da atividade de contextualização que é sempre multifacetada e tem a capacidade de desenvolver vários contextos diferentes e de originar enunciados diferentes.

A força do contexto é tamanha para a interpretação que, por vezes, o que se costuma tomar por um sentido isolado de algum termo da sequência perde toda sua relevância. Isso ocorre muito com algumas expressões que vão se cristalizando na língua ao ponto de qualquer análise fora dos contextos que as consagraram naufragar na tentativa de se estabelecer um sentido absoluto.

No português brasileiro, há algumas expressões em que a ocorrência do verbo *ir* em terceira pessoa do singular e no pretérito perfeito do indicativo bem demonstra o exposto acima.

“Eu corri foi médico”

“As crianças fizeram foi bagunça”

Nos dois enunciados, o termo *foi* em nada assume qualquer propriedade do verbo *ir*, nem ao menos de movimento, que é a mais tipificada desse verbo.

Uma simples análise mostra que o termo em destaque quantifica ao invés de determinar movimento, que é a propriedade mais tipificada da noção *ir*. Algo semelhante ocorre com o verbo *ser* em algumas ocorrências como: “Eu sou é professor!” “Estou é cansado!”. Nesses casos, as propriedades do termo não são estativo-atributivas, que é o mais comum por geralmente ser um verbo que articula uma qualidade a um sujeito. Essas propriedades já estão marcadas nos verbos *ser* (no primeiro exemplo) e *estar* (no segundo exemplo), deixando ao termo *é* uma função prioritariamente intensificadora.

Esses exemplos mostram que quando há uma função contextual bem marcada para um termo que, a priori, criaria um estranhamento num enunciado, é porque já há uma estabilização e o enunciado já se tornou interpretável tal qual. É essa dinâmica entre o externo (o contexto) e o interno da língua (a articulação entre os termos) que gera um primeiro sentido.

Assim, vemos que o processo de contextualização mostra duas coisas essenciais para um estudo do texto: que os termos de uma língua são, em número, finitos e dotados de certa precisão consagrada por contextos e usos anteriores e que esses mesmos termos são, em ocorrência, infinitos e dotados de certa imprecisão incentivada e garantida pelo sempre possível contexto novo.

A atividade parafrástica também caminha em dois sentidos: (i) um primeiro que se direciona a eliminar ou amenizar uma opacidade que é inerente à própria linguagem que só cede lugar a um significado temporariamente estável quando se mostra a função integrante dos termos (a articulação léxico-gramática); (ii) um segundo que mostra que qualquer reformulação subentende uma modificação de sentido. Embora a parafrase não seja uma variação radical justamente por conservar algo do enunciado de origem.

Aquilo que se perde entre o enunciado matriz e a paráfrase sustenta a autonomia e a complexidade das línguas naturais.

A TOPE subentende uma capacidade de abstração fundamental que sustenta os processos de formalização de problemas reais em linguística, entre eles, o da produção e da interpretação textual. Nesse tipo de pensamento, o conceito de glosa perdura nessa zona fronteira entre o formal e o empírico. Formal porque respeita a organização da língua e se vale dela para explicá-la. Empírico porque ela (a glosa) intermedeia o sentido e a interpretação do sentido. Trata-se, na verdade, da recorrência ao âmago do sentido lato de uma atividade metalinguística a fim de se explicar toda a atividade particular dos sujeitos que é, em sua origem, indeterminada tal qual a própria linguagem.

Se o que basicamente diferencia a predicação da enunciação é o fato da segunda ser a primeira mais operações como a modalização e a aspectualidade, então a predicação por ainda não estar situada num sistema de referências, se imbrica numa instabilidade ainda mais latente que só poderá ser parcialmente resolvida diante de uma asserção (e aí já estamos no nível enunciativo) capaz de eliminar os demais valores possíveis.

O trabalho de Culioli (1990, 1999a, 1999b) consiste justamente em explicar, a partir de um sistema metalinguístico bem formulado, como os valores se manifestam (e se escondem) na enunciação. Assim, criar um sistema metalinguístico é fazer simulações dos processos de representação, referenciação e regulação da linguagem que originam as formas das línguas.

3. 1 Duas propriedades fundamentais da linguagem: a estabilidade e a deformidade

Há uma distância entre apresentação e representação linguística que só faz comprovar que não há operações de referenciação que se remetem à designação de forma ostensiva.

Se o contrário fosse verdade, não haveria qualquer hiato entre o que representa (a língua) e o que é representado (o objeto). Haveria uma adequação inquestionável que atribuiria à comunicação o papel essencial da linguagem.

São a partir dessas verdades que Culioli (1990, p. 127) começa a mostrar a essencialidade da deformidade em linguística e de sua importância para a existência de

algumas operações de linguagem, como a modalização, por exemplo. Assim, caso a relação entre representante e representado fosse simetricamente perfeita, não haveria espaço para a asserção, a qual necessita do dúbio, da necessidade da escolha e dos possíveis para existir.

A deformidade abre espaço para as relações intersubjetivas que pressupõem, sempre, certa imprecisão que é bem marcada em operações de modalização e de temporalidade. De forma análoga, só essas imprecisões nos permitem observar assiduamente a atividade de linguagem, pois qualquer tentativa de explicá-las já é uma reconstrução de observação de ocorrências de língua.

Do outro lado, há uma falsa estabilidade sustentada pelas etiquetagens, pelas identificações estabilizadas por hierarquias rígidas e pela divisão disciplinar do chamado núcleo duro da linguística (fonética, sintaxe, semântica e morfologia), a qual seria uma acovardada e especulativa maneira de se evitar a verdadeira complexidade dos fenômenos linguísticos que passa pela diversidade, pela heterogeneidade e que, inevitavelmente, remete o conceito de comunicação a um nível de discussão mais sofisticado e menos preso ao conforto que a ideia “de transmissão linear de uma informação de modo homogêneo” pode oferecer.

O nível do qual falamos chega à representação e à regulação. Um nível em que os ajustes subjetivos potencializam a dinamicidade necessária entre o estável e o instável. Dito de outro modo, o conceito de comunicação passa a ser analisado dentro de um espaço determinado em que também se analisam as atividades significantes dos sujeitos enunciadoreis.

Nesse plano, a comunicação passa a ser uma conquista que só a capacidade de regulação da linguagem pode subsidiar. Nesse sentido, discutir o conceito de estabilidade se torna irrelevante, pois de algumas máximas que se assumem em linguística, uma delas é que a comunicação se estabelece justamente nesse momento confortável e estável. Isso sem falar em alguns conceitos clássicos da linguística textual como coesão e coerência que também são contornos de estabilidade.

Em verdade, a estabilidade a qual se opõe aqui é aquela que se confunde com o conceito de imutabilidade, justamente por não condizer com a dinamicidade, a diversidade e a variação em linguística.

Para Culioli (1990, p.129), deformidade é a espécie de gangorra entre o plástico e o estável. Essa variação entre o móvel e o imóvel da linguagem mostra que a

deformação é uma transformação que modifica uma configuração, variando certas propriedades e outras não.

Considerando que existem três níveis de representação: (i) o nocional, (ii) o predicativo, (iii) o enunciativo, a proposta é basicamente a seguinte:

No primeiro nível, as noções - propriedades anteriores ao signo linguístico tal qual é concebidas e ainda desprovidas de toda operação linguística possível - assumem formas empíricas, que se materializam e se tornam unidades já no segundo nível, para, no terceiro nível, serem reconstruídas por meio de operações e da inserção de valores e marcas (modalização, aspectualidade, temporalidade, etc.).

Assim, se há um domínio central (o das noções), fica ao sistema metalinguístico a incumbência de forçar a modificação de valores e de demonstrar a invariância daquilo que pertence à linguagem, isto é, esse jogo incessante entre o estável e o instável que é o que caracteriza a linguagem.

Com o que foi exposto nessa seção, não se pode negar que a linguagem é dotada de uma regularidade que nos salva de uma indeterminação geral, de um lado, e é dotada de uma deformidade que nos garante a construção de valores hipotéticos, genéricos e bifurcados, de outro.

Essa espécie de indeterminação de que a TOPE fala, em verdade, recobre a polissemia, da homonímia, da vagueza e configura a plasticidade da linguagem por meio do trabalho enunciativo (portanto, formal). Nesse viés, trata-se de uma teoria que formaliza justamente relações e valores atribuídos por operações de interrogação, de hipótese, de negação, etc.

Na prática, essa plasticidade fica bem visível quando se opõem várias ocorrências a outras ocorrências de um domínio a fim de que se identifiquem:

- I. Um valor inicial e valores outros.
- II. O que está no interior (o verdadeiramente), o que está no exterior (o verdadeiramente outro) e o que está na fronteira (o não verdadeiramente outro).
- III. A estabilização de um dado valor por meio de sua identificação dentro do sistema linguístico.

O esforço é o de estudar os fenômenos linguísticos dentro de uma realidade que se poderia chamar de uma metalíngua com o intuito de estender a complexidade da linguagem, sua heterogeneidade e sua imprevisibilidade relativa. O objetivo é o de

articular os fenômenos por meio de um sistema homogêneo de representação, isto é, o de fazer uma atividade metalinguística a fim de simular as operações que determinam o sentido dos textos.

Nesse quadro, não há como escapar da análise de uma indeterminação constitutiva. O que garante sentido, momentaneamente estável, são as operações (determinação, aspecto, modalidade, etc.) que atribuem ao texto um valor referencial dependente. Em outros termos, o valor referencial valida a ocorrência justamente por ser o resultado de um trabalho que media a transposição de uma noção à ocorrência de uma noção.

4 Considerações finais

Para iniciarmos as discussões finais desse artigo, recortamos a conclusão de um texto de Culioli (*De la complexité en linguistique*) que visava exatamente exercitar a variação (as instabilidades da língua), mostrando que é graças à plasticidade da linguagem, que é sempre regulada pela própria enunciação, que cada manifestação linguística se torna um fenômeno específico, portanto, heterogêneo e complexo.

Diz-se que a salvação é uma teoria estática; introduzir uma abordagem construtivista, operações, alteridade, deformações, traduções, estabilidade e invariância, introduzir brevemente a dinâmica é se condenar a não controlar sua atividade metalinguística. Defendo, ao contrário, que o respeito escrupuloso dos fenômenos necessários e a observação detalhada são o único modo de exploração dos fatos da língua se quisermos os abordar em sua diversidade e complexidade. Não podemos opor simplicidade e complexidade, estático e dinâmico. Qualquer teoria visa à simplicidade e é bem verdade que o tratamento dos processos dinâmicos exige uma vigilância considerável. Mas será nossa culpa se, entre as representações de ordem transcendente e a representação estática dos fenômenos, se inserir a atividade significativa, múltipla e adaptável dos sujeitos? (CULIOLI, 1999b, p. 163)

Embora não tenhamos pontuado os paralelismos entre a TOPE e os conceitos que estão na superfície da linguística textual, o artigo, num nível mais profundo, recupera o que é de base para o estudo da produção e análise do texto.

Só para ilustrar, destacaremos três similaridades:

- i. A capacidade metalinguística que Culioli (1999a) tanto defende se relaciona, diretamente, com as três capacidades que Charolles (1989)

acredita que todo falante tem. São elas: a formativa, a transformativa e qualificativa.

- ii. O conceito de linguagem da TOPE, enquanto uma capacidade inata que o homem tem de representar, referenciar e regular, dialoga intimamente com a aproximação entre estudos do texto e estudos cognitivos, sobretudo no que tange o desenvolvimento da linguagem e a percepção de mundo do homem.
- iii. A definição de texto de Culioli (1976), registrada na introdução desse trabalho por priorizar a atividade significativa do homem, caminha no mesmo sentido do que Koch (1997) acredita ser o foco da linguística textual: a compreensão do texto diante de sua própria construção.

Destarte, o que propusemos nas páginas anteriores foi o pinçamento de uma teoria (a TOPE) que contribui, à medida que segue na mesma direção, às pesquisas que rompem o sistema linguístico (a estrutura) e buscam inserir, em seu escopo, o sujeito e todo seu investimento enunciativo-comunicativo.

Ultrapassar os limites da frase e desconstruir uma herança de ordem estrutural que enxerga a língua enquanto um código informativo ainda é um desafio que toda corrente que coloca o discurso em seu bojo tem. Sobretudo, se considerarmos que não há homogeneidade sustentável entre essas correntes. E nem teria como haver, pois o próprio surgimento da linguística textual pressupôs que quando se trata de estudar a linguagem é a indeterminação que conta. Daí seu foco, entre outros, na busca dos traços do sujeito com vistas à constituição do sentido, o qual é o núcleo duro de toda definição atribuível ao que se vem denominando texto.

Referências

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

CHAROLLES, Michel. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In: GALVEZ, C. (org.) **O texto: leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 1989.

CULIOLI, Antoine. **Transcription du séminaire de D.E.A. - 1975-1976**. Paris: Université de Paris VII. D.R.L., 1976.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation - opérations et représentations**. Paris: Ophrys, 1990.

_____. **Cognition and representation in linguistic theory.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation:** formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation:** domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999b.

KOCH, Ingedore G. V.; BARROS, K. **Tópicos em linguística de texto e análise da conversação.** Natal: Editora da UFRN, 1997.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Signos.** Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

REZENDE, Letícia. M. Nominalização: operações predicativas e enunciativas. **Estudos Linguísticos.** São Paulo, n. 37, p. 131-140, 2008.

VOGÜÉ, Sarah de, FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

Data de recebimento: 30 de abril de 2012.

Data de aceite: 01 de junho de 2012.